

Ulysses vê nascer "um novo Brasil"

Deputado diz que a futura Constituição "terá cheiro de povo e irá até os miseráveis"

BRASÍLIA — Recebido ontem no Congresso Nacional com todas as honras de presidente da República em exercício e conduzido ao seu próprio gabinete, para, ao lado do presidente interino da Constituinte, Mauro Benevides (PMDB-CE), receber do relator Bernardo Cabral o projeto que irá à votação em segundo turno, Ulysses Guimarães empolgou-se com a presença de tantos repórteres e câmeras de televisão. "Dá cócegas na língua", disse, e exaltou a futura Constituição. "Depois da promulgação" — assinalou — "teremos um novo Brasil. Esta não será uma Constituição para consulta de burocratas, mas uma Constituição com cheiro de povo, uma Constituição andarilha, que irá para a periferia, para o caminho dos miseráveis".

Bernardo Cabral entregou a Ulysses e a Mauro Benevides um volume encadernado do projeto, que ficou com 246 artigos distribuídos em nove títulos na parte permanente e mais 76 artigos na parte transitória. De amanhã até segunda-feira, a Constituinte estará realizando sessões para discussão do projeto e apresentação das emendas para o segundo turno de votação, que começará no dia 21. Tanto Cabral quanto Mauro Benevides enalteceram o trabalho de Ulysses. "Impossível imaginar a Assembléia Nacional Constituinte sem a presença de V. Exa.", disse o relator.

Ulysses retribuiu com elogios a Cabral e aos relatores-adjuntos José Fogaca (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), este, por motivos de saúde, ausente na cerimônia. Exaltou também a atuação de Mauro Benevides, do presidente do Congresso, Humberto Lucena, e do presidente interino da Câmara, Home-

ro Santos, bem como a colaboração dos líderes partidários — quase todos presentes. Depois, vendo o batalhão de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas que se aglomerava à sua frente, começou a falar sobre a futura Constituição.

Disse que a Constituinte teve a "coragem do ineditismo, da originalidade". No texto, segundo ele, há "fronteiras móveis, que vão avançar em direção aos oprimidos e marginalizados". Depois, ressaltou alguns pontos que considera mais importantes: "Instituímos uma democracia direta, representativa e participativa e que não ficará apenas como declaração de intenções. O povo conseguiu recapturar a sua soberania por intermédio do referendo e do plebiscito. Por meio desses instrumentos, a sociedade poderá declarar a nulidade de textos legais, não só por motivos constitucionais, mas também sociais. Será o Supremismo".

PIRÂMIDE

Outra "premissa" por ele destacada foi a "reabilitação da geografia brasileira", com o fortalecimento da Federação, que "era apenas nominal". Com a distribuição de mais recursos para os estados e os municípios, a seu ver, "vai realizar-se o dogma de que onde está o povo deve estar o governo". O povo, segundo ele, está nos municípios. "Isso vai reverter a pirâmide que hoje gera a instabilidade política e que se assenta em Brasília, no Palácio do Planalto, e em um homem só: o presidente da República".

— Sinto grande orgulho da futura Constituição. Ela tem defeitos, mas vamos corrigi-los. Vamos fazer um polimento, passar uma lixa no texto.

— Mas com cuidado, porque a lixa do Centrão é muito perigosa — interrompeu-o o vice-líder petista José Genoino.

— Vencemos o primeiro round, o establishment, a inércia. O medo de avanços foi jogado às lonas. Quem vai ganhar a batalha é o povo brasileiro — concluiu Ulysses.

O agitado dia do presidente

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, concedeu ontem mais de dez audiências. O pretexto das conversas com Ulysses era sempre administrativo, mas o que predominou foi o tema político. O deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) esteve no Palácio do Planalto para falar sobre problemas do Banerj, e acabou ouvindo de Ulysses que era uma "falta de respeito" a anunciar a disposição das multinacionais de gastarem US\$ 2 milhões para mudar, no segundo turno da Cons-

tituinte, pontos de seu interesse. O deputado saiu do Palácio certo de que Ulysses terá "alguma reação" contra as multinacionais. O assunto oficial da audiência do prefeito de Maceió, Djalma Falcão, era um pedido de Cz\$ 3 bilhões para serem aplicados em obras no município. Contudo, na maior parte do tempo, Falcão defendeu uma solução negociada para a eleição do diretor nacional do PMDB, para que a unidade do partido não saia prejudicada. Ulysses concordou com o que ouviu e tranqüilizou o prefeito, dizendo que trabalha por isso.



Ao lado de Benevides (C) e Cabral (D), Ulysses exhibe texto

Empresários discutem ofensiva

Empresários e assessores de entidades patronais se reúnem hoje em Brasília, convocados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para discutir estratégias de ação no segundo turno da Constituinte. Entre 24 pontos essenciais, defenderão a retirada da estatização das telecomunicações e distribuição de gás canalizado do texto constitucional; manutenção da jornada de trabalho de oito horas em empresas de turnos ininterruptos; e o tratamento do aviso prévio, pago por demissão imotivada, pela legislação ordinária.

Outra reunião está marcada para o dia 20, dessa vez promovida pela União Brasileira de Empresários. Segundo o senador Albano Franco, presidente da CNI, a ida ao Congresso é importantíssima. Os empresários pretendem alterar profundamente a Constituição. Estima-se em 200 o número de emendas supressivas a serem propostas. Já o presidente da Fiesp, Mário Amato, garante que agora todos os pontos tirados em reunião do Fórum Informal serão levados a Brasília.

Texto é praticamente definitivo, diz Cabral

BRASÍLIA — O segundo turno de votação da Constituinte deverá aprovar 95% do projeto constitucional estabelecido até agora. A previsão, divulgada ontem pela Radiobrás, é do relator Bernardo Cabral, para quem dificilmente se conseguirá o mínimo de 280 votos para derrubar matérias aprovadas em primeiro turno através de acordos de lideranças. O pouco que será mudado, segundo Cabral, terá de passar pelo entendimento dos líderes partidários.

Opinião semelhante foi manifestada pelos líderes do PMDB, Nelson Jobim, e do PFL, José Lourenço. Eles acham que o governo e as empresas nacionais e estrangeiras vão pressionar para modificar vários pontos do projeto, mas advertiram que nada será alterado no segundo turno sem a participação de suas legendas.

Reunidos durante meia hora para tentar um acordo sobre as questões mais polêmicas, Jobim e Lourenço criticaram a intenção das multinacionais de investir dois milhões de dólares para interferir nos votos dos constituintes. Nelson Jobim, que substituiu Mário Covas na liderança do PMDB

na Constituinte, disse que a posição pública das multinacionais é perigosa e ineficaz. E explicou: os parlamentares que tendem a mudar de voto em alguns pontos, com base em argumentações técnicas, agora temem ser apontados como influenciados ou comprados pelas multinacionais.

PACOTE

As críticas dos dois líderes foram feitas a portas fechadas. À saída do encontro, eles deram declarações formais. "O segundo turno é decisivo, não se pode errar mais", disse Jobim. "Não adianta o PMDB querer uma coisa e o PFL outra. Se não se entenderem, não vão conseguir nada", acrescentou Lourenço.

Garantiram ainda que a reunião foi "exploratória e não de trabalho", mas deram versões diferentes sobre os resultados. Jobim disse que seu partido só vai negociar emenda por emenda depois que seus relatores concluírem o levantamento das posições partidárias no primeiro turno. Lourenço, entretanto, revelou que já tem um "pacote" com cerca de 50 sugestões de alterações, que apresentará a Jobim ainda hoje.

Constituinte inicia discussão do projeto

BRASÍLIA — A Constituinte inicia amanhã, às 14h30, a primeira das cinco sessões destinadas à discussão do projeto de Constituição e apresentação de emendas para o segundo turno de votação. Há cinco tipos de emendas: supressiva, de omissão, de erro, de contradição e de correção de linguagem. Se todos os 559 parlamentares se manifestarem, a nova etapa da Constituinte se defrontará com 2.236 emendas.

Encerrado o período de discussão do projeto e de apresentação de emendas, o relator Bernardo Cabral terá mais cinco dias para dar seu parecer. Deve entregar o trabalho, se considerado esse cronograma, no dia 16, sábado.

Seu relatório será publicado e distribuído aos constituintes. Nas 48 horas seguintes, cada parlamentar poderá apresentar até quatro destaques sobre emendas acolhidas pelo relator. A previsão

de que a votação em segundo turno comece no dia 21 somente poderá ser confirmada se o cronograma for cumprido rigidamente. Assim como no caso das emendas, poderão ser apresentados também 2.236 destaques. Bernardo Cabral deve analisar as emendas do dia 12 ao dia 16. Os dias seguintes serão reservados para os pedidos de destaque. Para que não haja atraso é que a Mesa da Constituinte já alertou sobre a possibilidade de convocar sessões aos sábados e domingos.

De acordo com informações de integrantes da Mesa diretora da Constituinte, poderão ser realizadas sessões nos fins de semana e nos feriados para que a pauta seja cumprida no prazo previsto no calendário. Mas os mesmos informantes consideram improvável que nesses dias seja obtido o quórum de 280 parlamentares para votação de maioria absoluta.